



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 016/2022**

**Senhor Presidente,**

**Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores.**

Ao cumprimentar Vossas Excelências, na oportunidade, vimos encaminhar para a apreciação dessa colenda Câmara Municipal o Projeto de Lei em anexo, o qual ***“AUTORIZA A INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS ADQUIRIDAS E NÃO USUFRUÍDAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”***.

A Constituição da República de 1988, em capítulo destinado aos direitos sociais, relaciona no seu artigo 7º os direitos dos trabalhadores, dentre os quais, consta inserido no inciso XVII o direito ao gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal. Porquanto, direito esse de natureza obrigatória nas relações laborais, quer seja na iniciativa privada, como também na administração pública, tendo como objetivo garantir a recuperação das forças físicas e mentais despendidas com o trabalho.

Assim, em obediência ao mandamento constitucional, a Lei do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaguari, a Lei Municipal nº 1.900, de 27 de junho de 1991, em seus artigos 97 a 104, dispõe sobre o direito a férias, regulando a sua duração, concessão, gozo e remuneração.

Em síntese, a legislação municipal prevê que o direito a férias deve ser concedido anualmente, após decorrido o período aquisitivo de doze meses de vigência da relação laboral entre o Município e o servidor, assegurando a fixação do seu gozo pela administração nos doze meses subseqüentes a implementação do período aquisitivo. E, somente em caráter excepcional, por motivo de extrema necessidade de serviço, é admitida a suspensão do gozo de férias.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
**Secretaria de Administração**

Ocorre que, em anos anteriores, como decorrência da falta de pessoal do Quadro Efetivo e/ou a impossibilidade de substituição do servidor durante as férias, restou impossibilitado o cumprimento desse direito pela administração, verificando-se em alguns casos a interrupção do gozo e em outros casos sequer foi fixado o período para gozo.

Diante disso, vimos submeter à apreciação legislativa a presente proposição como alternativa para regularizar a situação instalada, sob pena de restar violado um dos direitos sociais do trabalho mais relevantes garantidos pela Carta Constitucional.

Para tanto, reivindicamos seja autorizada a indenização dos períodos pretéritos de férias não usufruídas pelos servidores efetivos, quer seja por suspensão do gozo por necessidade de serviço e não retomada do afastamento, como também por não concessão do gozo nos doze meses subsequentes a data da aquisição, limitando essas situações aos períodos aquisitivos implementados até 31/dezembro/2020 e tempo superior a trinta dias, a serem pagas em até seis prestações mensais.

Cabe ressaltar que a medida ora proposta evita a judicialização do tema, atuando de maneira preventiva e, por conseguinte, afastando um conseqüente aumento de despesa com os encargos judiciais que são decorrentes, como, correção monetária, juros, custas processuais e honorários advocatícios, sem contar a eventual análise de dano patrimonial, vez que a supressão desse direito tende a limitar, consideravelmente, a probabilidade de vitória da administração.

Por fim, quanto à estimativa do impacto orçamentário e financeiro preconizado pela Lei Complementar nº 101/2000, a Contadoria Geral do Município opina pela possibilidade do encargo em foco.

Em linha de conclusão, com base na fundamentação exposta, encarecemos as senhoras e aos senhores vereadores a aprovação do presente Projeto de Lei.

Jaguari, RS, 12 de maio de 2022.

**ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,**  
**Prefeito do Município de Jaguari.**



## **PROJETO DE LEI Nº 016/2022**

**Autoriza a indenização de férias adquiridas e não usufruídas, e dá outras providências.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARI**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 78, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica autorizada, em caráter excepcional, a indenização de férias adquiridas e não usufruídas integralmente, nas seguintes situações:

I – suspensão do gozo por necessidade de serviço e não retomada do afastamento, consoante § 2º do art. 102 da Lei Municipal nº 1.900, de 27.06.1991;

II – não concessão do gozo no período de doze (12) meses subsequentes à data da aquisição, consoante art. 102 *caput* da Lei Municipal nº 1.900, de 27.06.1991;

§ 1º. As situações de que tratam os incisos I e II do *caput* deste artigo ficam limitadas aos períodos aquisitivos implementados até 31 de dezembro de 2020 e o tempo para fins de indenização ser superior a trinta (30) dias.

§ 2º. O pagamento da indenização fica condicionado ao deferimento de pedido do servidor fundamentado na impossibilidade do gozo das férias e assinatura de termo de renúncia expressa ao período de gozo objeto da indenização.

**Art. 2º.** O valor da indenização deverá ser apurado nas seguintes bases:

I – na hipótese do inciso I do artigo 1º desta Lei a remuneração dos dias não gozados com base na remuneração atual percebida pelo servidor;

II – na hipótese do inciso II do artigo 1º desta Lei a remuneração acrescida de 1/3 com base na remuneração atual percebida pelo servidor.



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

**Art. 3º.** A indenização poderá ser paga em até seis (06) prestações mensais, de conformidade com o fluxo de caixa, mediante acordo individual com cada servidor.

**Art. 4º.** A partir da vigência da presente Lei fica conferido às chefias imediatas a obrigatoriedade de zelar pela regularidade do gozo de férias, sob pena de responsabilização disciplinar.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes do objeto da presente Lei correrão a conta de dotação própria constante na Lei Orçamentária Anual, editada pela Lei Municipal nº 3.441, de 28.12.2021.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_.

**ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,**  
**Prefeito do Município de Jaguari.**

REGISTRADA NO LIVRO N.º \_\_\_\_\_ ÀS FLS.  
E PUBLICADA NO ÁTRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO  
EM: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

**CEVY RINALDO TAMBARA FILHO,**  
**Secretário de Administração.**